



KnoWhy #180



Agosto 10, 2017

Por que Seântum foi condenado sem testemunhas?

"Então ele confessará e não mais negará ter cometido esse crime. E então ele vos dirá que eu, Néfi, nada sei a respeito do acontecido, salvo se me tiver sido revelado pelo poder de Deus."

Helamã 9:35–36

O conhecimento

Em Helamã 9, Néfi, filho de Helamã, mostrou por revelação que o juiz supremo Seezorã, havia sido morto por seu irmão Seântum. Quando Seântum foi interrogado, ele foi incriminado pelo sangue encontrado em seu manto e, portanto, confessou o crime.

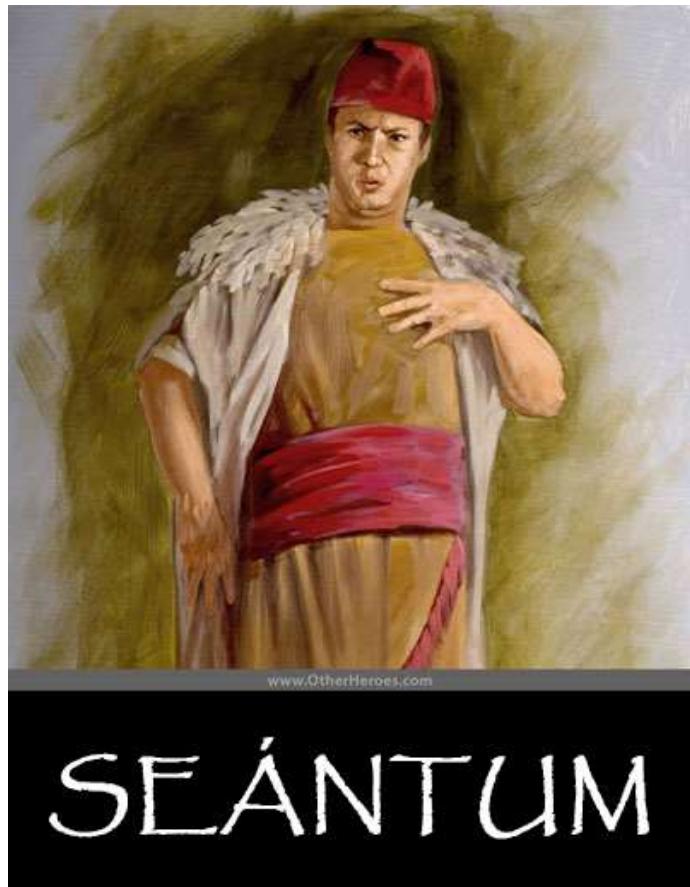
Seântum foi então condenado e cinco pessoas que haviam sido falsamente acusadas foram libertadas. No entanto, como a lei de Moisés tradicionalmente exigia duas ou mais testemunhas para condenar alguém (Deuteronômio 17:6), é difícil saber como a condenação de Seântum poderia ter sido legal.

Felizmente, uma história no livro de Josué estabelece um precedente que ajuda a explicar o que aconteceu em Helamã 9.

Pouco depois da conquista israelita de Jericó, os israelitas tentaram tomar uma cidade chamada Ai, mas foram derrotados (Josué 7:3-5). Perguntando-se o que estava errado, Josué orou para saber por que eles haviam perdido a batalha (vv 6-9). Deus disse a Josué que alguém havia tomado algo da cidade para si, embora tudo devesse ser destruído ou consagrado ao Senhor (vv 10-11).

Por causa disso, Deus se recusou a acompanhá-los para a batalha e eles perderam (Josué 7:12). Josué descobriu através da revelação que o culpado era um soldado israelita chamado Acã (vv. 16-18). Quando Josué confrontou Acã, ele confessou seu crime e Josué enviou mensageiros para procurar o que havia roubado (vv. 19-22). Acã foi então sumariamente executado (v. 25).

Nos casos de Seântum e Acã, uma pessoa foi condenada por um crime capital, embora tenha sido a única testemunha. Assim, parece que a lei das duas testemunhas havia sido violada em ambos os casos.



No entanto, alguns judeus, especialistas na lei, notaram que, embora duas testemunhas fossem geralmente necessárias para uma condenação, havia uma exceção à regra. John Welch apontou que a regra das duas testemunhas só poderia ser derrubada se as testemunhas confessassem o crime e duas condições fossem atendidas:

1. Se eles confessaram a culpa fora do tribunal ou se a vontade de Deus foi claramente manifestada ao levá-los à justiça.

2. Se foram encontradas evidências físicas verificando quem havia cometido o crime.

Como aponta Welch:

É notável que a confissão autoincriminatória de Seântum era precisamente o caso em todos os aspectos e, portanto, sua execução não teria sido ilegal. Sua confissão foi espontânea e ocorreu fora do tribunal. A evidência da vontade de Deus foi fornecida por meio da profecia de Néfi. Evidências tangíveis foram apresentadas no sangue encontrado na saia de Seântum.

Assim como no caso de Acã, Seântum foi detectado por meio de revelação, ele confessou o crime espontaneamente e fora do tribunal, e evidências físicas óbvias corroboraram que ele havia cometido esse ato criminoso. Como o caso apresentava todas essas condições, é provável que esses fatores pudessem estar no lugar das duas ou três testemunhas que normalmente eram necessárias.

O porquê

Seântum poderia ser condenado porque outros fatores estavam presentes em seu caso e Mórmon teve o cuidado de mencionar cada um desses três fatores com precisão. Embora a condenação de Seântum pudesse parecer irregular, estava de acordo com o precedente bíblico de Acã.

A legalidade tecnicamente precisa deste caso, demonstra o forte contraste entre os julgamentos corruptos dos ladrões de Gadiânton que encheram o tribunal e os julgamentos justos de Deus fornecidos por Néfi.

Observou-se que, embora a influência dos ladrões de Gadiânton continuasse a aumentar, "a participação de Deus nesses procedimentos mostrou que ele estava ciente da corrupção de funcionários políticos a ponto de defender e validar abertamente as palavras de seus profetas. Especialmente neste caso, o julgamento justo é igual ao julgamento de Deus." Portanto, ao revelar a cena desse homicídio ao profeta Néfi, Deus demonstrou energicamente que estava sob seu controle. Não importa o quanto bem o povo escondesse seus pecados dos outros, eles nunca poderiam escondê-los de Deus.



SEEZÓRAM

Como o julgamento e a execução de Seântum mostraram de forma tão proeminente que Deus estava ciente da corrupção dos ímpios e de seu apoio aos justos, Welch explicou:

O caso de Seântum teria sustentado e encorajado os poucos justos daquela sociedade em sua firme determinação de resistir à corrupção civil, desafiar e expor combinações secretas, induzir confissões de irregularidades secretas e julgar com determinação e justiça.

Finalmente, em algumas situações, os leitores modernos podem precisar ser uma voz solitária para a justiça, mesmo às vezes quando cercados pelo mal. Como declarou o presidente Thomas S. Monson: "Tenhamos a coragem de contrariar o senso comum. Escolhamos sempre fazer o certo mais difícil em vez de fazer o errado mais fácil".

Certamente a direção do Senhor no resultado do julgamento de Seântum teria encorajado o pequeno grupo de nefitas justos a viver em uma sociedade injusta. Esta história pode ser igualmente

encorajadora para os leitores modernos, à medida que vivem tempos difíceis.

Leitura complementar

Thomas S. Monson, "Escolhas", A Liahona, abril de 2016, p. 86.

John W. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon (Provo, UT: BYU Press and Neal A. Maxwell Institute for Religious Scholarship, 2008), pp. 313–322.

John W. Welch, "The Case of an Unobserved Murder," em Reexploring the Book of Mormon: A Decade of New Research, ed. John W. Welch (Salt Lake City and Provo, UT: Deseret Book and FARMS, 1992), pp. 242–244.

© Central do Livro de Mórmon, 2017



Notas de rodapé

1. Ver Josué 6:18-19, onde o Senhor explica que tudo o que pudesse ser queimado deveria ser destruído, e todos os metais preciosos seriam oferecidos ao Senhor para uso no Tabernáculo.
2. Lançar sortes era considerado uma maneira válida de obter revelação do Senhor na antiga Israel, e foi isso que Josué fez para determinar a vontade do Senhor neste caso. Ver John W. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon (Provo, UT: BYU Press and Neal A. Maxwell Institute for Religious Scholarship, 2008), p. 331.
3. Ver Welch, Legal Cases, pp. 332–333.
4. Ver Welch, Legal Cases, p. 93.
5. Ver Welch, Legal Cases, p. 334.
6. Ver Welch, Legal Cases, p. 334.
7. Thomas S. Monson, "Escolhas," Liahona, abril 2016, p. 86.

